



Posicionamentos de homens em uma relação de coabitação

Men's positioning in cohabiting relationship

Rafael Luiz Marques de Abreu
Leila Sanches de Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo

As transformações culturais, sociais e econômicas contemporâneas se refletem nas relações conjugais, em suas representações e práticas. Conseqüentemente, grande parte das expectativas e demandas dirigidas aos parceiros nas relações conjugais também mudaram. Este estudo de casos, baseado nas teorias de González Rey e da Rede de Significações, teve como objetivo compreender o discurso de quatro homens (25-40 anos) que coabitam com suas parceiras sobre as posições que ocupam e que lhes são atribuídas na relação conjugal. A análise de conteúdo das entrevistas realizadas mostrou que todos consideraram que cabe ao homem, na relação conjugal, ser o provedor. É permitido à mulher trabalhar, mas a contribuição financeira masculina deve ser decisiva. A representação do homem como provedor continua fortemente associada à subjetividade masculina, provavelmente pelo poder que concede aos homens na relação. A coabitação significa o aprofundamento da relação, sem a solidez do casamento. É um espaço de experimentação.

Palavras-chave: masculinidades; conjugalidades; posicionamento; subjetividade

Abstract

Nowadays, cultural, social and economical changes are reflected in conjugal relationships, in their practices, and representations. Consequently, a significant part of the expectations and demands directed to the partners involved in those conjugal relations have also changed. The purpose of this case study, based on Gonzalez Rey's and Network of Meanings theories, was to understand the discourse of four men (25-40 years old), who cohabit with their partners, about the positions they occupy and the ones assigned to them in the relationship. The content analysis of the interviews showed that the participants considered that it is the man's role to be the provider. Women are allowed to work. However, men's financial contribution has to be decisive. Man's representation as the provider is still strongly related to his subjectivity, possibly because of the power granted to him by this position. As to cohabitation, it means the intensification of a relationship without the solidity of marriage. It is, initially, a time for experimentation.

Keywords: masculinity; conjugality; positioning; subjectivity

Introdução

Historicamente, em nossa sociedade, os papéis sociais de gênero foram configurados predominantemente como o homem provedor, que trabalha fora de casa para sustentar a família, e a mulher submissa, obediente ao marido, dedicada exclusivamente aos afazeres domésticos e à criação dos filhos. Essa definição tem desdobramentos que se refletem em



comportamentos específicos de homens e mulheres, na forma de se relacionarem uns com os outros e até mesmo no modo como cada um se posiciona na sociedade. Reflexos de uma visão de mundo ainda predominantemente patriarcal.

Contudo, de meados do século XX até os dias atuais, a visão de papéis sociais bem definidos vem se alterando em larga escala. Processos sociais, tais como a revolução sexual e a emancipação feminina, contribuíram para que uma grande parcela de mulheres das classes média e alta buscasse o ingresso no mercado de trabalho, até então, um ambiente predominantemente masculino (Rocha-Coutinho, 2003).

Com ou sem filhos, muitas mulheres deixaram de se vincular apenas ao lar (idem), apesar de atualmente um número crescente de profissionais optar por abdicar do trabalho para se dedicar à família (Rocha-Coutinho, 2009). Essas transformações sociais, segundo Giddens (1993), vêm repercutindo em mudanças no amor, no casamento e na sexualidade, bem como na intimidade e na vida pessoal dos indivíduos.

Uma nova forma de se relacionar se apresenta através dos casais que buscam parcerias afetivas e o bem-estar compartilhado através do companheirismo mútuo. Para Bauman (2004), os casais passaram a buscar relações amorosas baseadas primordialmente em partilha de afetos, idéias e responsabilidades, que ocorrem sem que haja necessariamente a preocupação com uma perspectiva de continuidade definitiva do relacionamento.

A visão tradicional perpetrada por homens e mulheres de que o homem deve ser o provedor ainda é presente nos relacionamentos atuais e leva a um pensamento de que ao homem cabe a tarefa de apenas ajudar nos afazeres domésticos, enquanto à mulher ainda é destinada a maior parte das tarefas (Jablonski, 2010). Contudo, os novos posicionamentos sociais produziram novas subjetividades, femininas e masculinas. A reivindicação de novos espaços sociais por parte das mulheres levou a outros posicionamentos femininos, no trabalho e nas relações conjugais. As mulheres ainda esperam que o homem seja o provedor (Goldenberg, 2010), mas demandam maior participação dos mesmos em tarefas como a manutenção da casa e o cuidado com os filhos. Aspectos como a infidelidade masculina e o uso do poder pelo homem na relação são combatidos pelas mulheres contemporâneas que colocam em xeque as atitudes masculinas com as quais não querem mais compactuar (Goldenberg, 2010; Welzer-Lang, 2011).

Sabe-se que o campo de estudos sobre as mulheres é vasto, haja vista os estudos feministas. No entanto, os estudos sobre masculinidades estão crescendo, o que demonstra que é um campo de estudos a ser mais explorado. Tendo em vista o alcance das mudanças sociais na subjetividade humana, e que tanto os homens quanto as mulheres são agentes ativos no processo social, o presente estudo teve por objetivo principal compreender, a partir da Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey e da Rede de Significações (Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho, 2004), o que homens falam sobre as posições que ocupam e que lhes são atribuídas nas relações estáveis contemporâneas.



Nota-se que, por mais que não se possa dissociar a idéia de masculinidade dos estudos de gênero, visto que os próprios termos masculinidade e feminilidade emergem desses estudos, nossa proposta é tratar da constituição da subjetividade masculina.

Assim, a noção de sujeito é a de um “homem constituído subjetivamente em sua própria história, onde o sentido aparece como registro emocional comprometido com os significados e necessidades que vão desenvolvendo-se no decorrer da sua história” (Rey, 2003, p. 235).

Breves considerações sobre subjetividade

Rey (2003) apresenta a subjetividade como sendo constituída por aspectos de ordem social e individual, que se relacionam de forma dialética. Para ele, portanto, a subjetividade não se restringe ao nível individual. A própria cultura representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade, denominado de subjetividade social (Rey, 2003). O sujeito tanto é constituído pela subjetividade social, como a constitui por meio das suas ações no tecido social. A subjetividade social é anterior à organização psicológica do sujeito e é geradora de toda subjetividade individual. Por sua vez, o desenvolvimento do sujeito individual favorece e possibilita novos processos de subjetividade social e novas redes de relações sociais.

A origem da subjetividade, histórico-social, não se baseia apenas na experiência do sujeito ou em uma instância social específica, mas no modo como se atribui sentido e significado à experiência do indivíduo, na configuração de sua história subjetiva. Não se pode considerar a subjetividade social como detentora de um status de objetividade, oriunda de uma realidade externa ao indivíduo. É um processo de configuração subjetiva em que o sujeito é, simultânea e dialeticamente, constituinte e constituído. Este processo não é unilateral, ele é interativo e dinâmico.

As subjetividades social e individual não são externas uma à outra, e sua integração constitui a complexa subjetividade humana. Os processos das subjetividades individual e social são mutuamente interatuantes. Um não se dilui no outro. Devem ser compreendidos como constituintes de uma dimensão processual constante (Rey, 2003).

Rey se baseia nas idéias de Vygotsky (1991), cuja psicologia sócio-histórica compreende os fenômenos psicológicos não como fatos objetivos imediatos, mas mediados através das relações sociais, em um processo que constrói a consciência. A subjetividade é constituída pela relação com o mundo, material, social, mas que só existe a partir da referida mediação com a atividade humana. O mundo psicológico e o mundo social estão em uma relação dialética, na qual as possibilidades humanas são desenvolvidas. A base material da sociedade é constituída então, de acordo com a perspectiva da psicologia sócio-histórica, a partir das experiências humanas e das idéias produzidas em consequência dessas experiências. A subjetividade seria produzida juntamente com as transformações históricas, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e científicas. É através da interação com outros



que o sujeito sócio-histórico vivencia, experimenta, age, significa e, por consequência, é dotado de uma subjetividade.

A noção de sentido é fundamental para que se possa compreender o conceito de subjetividade proposto por Rey. Novamente se baseia nas idéias de Vygotsky (1991) a respeito da produção de sentidos. Uma palavra ou um fenômeno adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, adquire outros sentidos. Já o seu significado permanece relativamente definido e constante ao longo dessas alterações de sentido e nos diferentes contextos. Para Vygotsky (1991), o sentido deve ser pensado como um enriquecimento do seu significado por eventos intelectuais e afetivos caracterizando-se, portanto, como complexo, variável e quase ilimitado.

A produção dinâmica de significações, sejam sentidos ou significados, dá-se na interação social através de um complexo processo que tem como características a dialogia e a recursividade (Almeida, 2012; Rossetti-Ferreira e outros, 2004).

Falar de processo de significação na abordagem da Rede de Significações (idem) é admitir que as pessoas estruturam um universo semiótico, efetivado no mundo interativo, a partir de uma rede de significados e sentidos presentes nessa ação de significar o mundo, o outro e a si mesmo. Desta forma, a subjetividade se dá a partir de um contínuo processo de reconfigurações de redes de significações.

As redes de significações são compostas por elementos de ordem relacional, pessoal e contextual, sendo atravessadas pela cultura, pela ideologia e pelas relações de poder, isto é, pela matriz sócio-histórica. Esta, também é de natureza semiótica e polissêmica, tem concretude e se atualiza no aqui e agora das relações.

Os campos interativos, portanto, são fundamentais no processo de subjetivação desde a concepção. As relações sociais são co-construídas a partir de interações partilhadas e interdependentes. A relação com o outro é tida como construída dialogicamente (Almeida & Rossetti-Ferreira, 2001). Essa relação com os outros é atravessada pela linguagem, pela cultura e pela interpretação que uma pessoa faz da outra e da situação. Como os parceiros em interação são vários e os papéis ou posições assumidos e atribuídos também variados, as interpretações da pessoa para o mundo e do mundo para a pessoa são múltiplas. Conseqüentemente, os sentidos construídos para um mesmo fenômeno ou situação podem ser díspares (idem).

As concepções teóricas de Rey (2003) e da Rede de Significações (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2004) supõem um sujeito complexo, cuja subjetividade não alcança uma forma final, acabada, mas sim emerge e transforma-se através de um contínuo processo de subjetivação, pela produção de sentidos, originado na interação com o mundo.

Conjugalidades e relações afetivas contemporâneas

A noção de conjugalidade fala da criação de uma identidade conjugal, que reúne aspectos psicossociais e relacionais, bem como uma identidade psíquica compartilhada. É a



criação de uma “zona comum de interação” (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009, p. 84). Há a proposição de uma redefinição de papéis e realidades, de modo que cada pessoa do casal, com a sua identidade singular, passa a dividir esse espaço não apenas com a identidade do outro, mas com uma identidade compartilhada, criada, o *nós*, a identidade do casal.

O *eu* e o *você* procuram manter as individualidades subjetivas um do outro na relação, de modo que cada um procura estimular que o outro se desenvolva e cresça enquanto pessoa. No entanto, simultaneamente, o *nós* leva ambas as partes do casal a quererem experienciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, bem como os desejos compartilhados e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998).

Kaufmann (1995) considera a conjugalidade como um processo que se caracteriza pela reformulação de realidades. No entanto, Willi (1995) enfatiza que, mesmo assim, é necessário que seja mantido o espaço para o desenvolvimento pessoal de cada um em um relacionamento. Isto é possível mediante uma redefinição de papéis e regras, que cria a identidade conjugal. É estabelecida uma realidade compartilhada, em que cada um traz suas crenças e valores, que por sua vez são oriundos de suas famílias originais, de modo a formar o novo sistema de crenças e valores compartilhados pelo casal.

Na visão de Giddens (1993), uma forma de conjugalidade encontrada atualmente é o relacionamento puro. Esta modalidade é pautada pela partilha de afetos e do amor romântico, baseada em um contexto de busca de igualdade e princípios democráticos. Essa nova configuração possui desdobramentos na manifestação dos papéis atribuídos subjetivamente e socialmente pelos indivíduos do casal. Os papéis sociais remetem à expectativa de comportamentos e condutas direcionadas ao sujeito de acordo com a posição que ocupa na sociedade. Oliveira, Guanaes e Costa (2004) chamam a atenção para o fato de que os papéis não são fixos, não estão atrelados a identidades específicas, mas sim são fluidos e transitórios. Expressam um posicionamento do indivíduo em um momento específico.

Os casais atuais passaram a contar com duas pessoas trabalhando fora do lar, contribuindo para o sustento doméstico. Conseqüentemente, ambos dispõem de menos tempo para cuidar dos aspectos relativos à casa (Jablonski, 2007). O problema está no fato de que, por mais que os homens ajudem nas tarefas domésticas, isso ainda se configura apenas como uma ajuda e a predominância dos afazeres ainda incide sobre a mulher (Aboim, 2010; Almeida, 2007; Jablonski, 2007).

Na contemporaneidade, encontramos diversos tipos de conjugalidades, tais como o *ficar*, o namoro, o casamento, a união estável e a coabitação (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009). No presente estudo, estamos enfocando casais que coabitam ou vivem uma união estável. Entendemos como coabitação uma escolha, por parte de um casal que vive uma relação afetiva de morarem juntos, mas não formalizam necessariamente uma união estável ou casamento.



Spanier (1983) considera a coabitação como uma prévia da experiência matrimonial, da ordem de um casamento experimental. O casal que coabita passa a viver um estilo de vida conjugal semelhante ao casamento, embora sem um respaldo legal ou religioso que os reconheça como casados.

A união estável, por sua vez, é reconhecida pelo novo Código Civil como entidade familiar, união esta entre o homem e a mulher, com o propósito de constituição familiar. A vida em comum, que caracteriza a união estável, foi regulamentada em consonância com a Constituição da República de 1988, e agora o termo *união estável* substitui o termo *concubinato* (Pereira, 2002).

Bauman (2004), em *Amor líquido*, reflete a respeito das transformações sociais e dos relacionamentos afetivos. O cenário de liquidez da vida moderna também inclui a evitação da solidez dos relacionamentos tradicionais. A permanência sólida e estável é vista como desestimulante e, por mais que homens e mulheres ainda queiram esse tipo de envolvimento, a cultura consumista imediatista da obsolescência faz com que as pessoas não estejam dispostas ao comprometimento de ter que lidar com as vicissitudes da convivência e da construção da relação em longo prazo.

As mudanças nas formas de se vivenciar a relação afetiva influenciam os papéis e os posicionamentos de homens e mulheres na relação. Para as mulheres, as conquistas de espaço social, por exemplo, são inegáveis. Entretanto, questiona-se como os homens estão lidando com essas transformações e com as novas demandas que lhes alcançam.

Masculinidades e suas implicações

Os estudos específicos sobre masculinidades são uma contribuição das teorias de gênero e dos estudos feministas (Aboim, 2010; Connell, 1995; Medrado & Lyra, 2008). Contudo, desde as últimas décadas do século passado até os dias atuais, esses estudos vêm se firmando como um campo de estudo próprio.

Utilizado no plural, o termo masculinidades traz uma noção contrária a uma representação única de masculinidade, homogênea, atribuída a uma única representação de poder; associada a um binarismo entre homens, enquanto dominantes, e mulheres, submissas (Connell, 1995). Em seus estudos sobre gênero, Connell (1995) parte do pressuposto de que a dinâmica das masculinidades é constituída por processos e práticas sociais. Processos estes que estão relacionados com as relações de poder, de produção e das relações emocionais. A masculinidade hegemônica, específica em cada sociedade, posiciona o homem em uma situação de clara distinção de superioridade em termos de poder social em relação às mulheres, gerando dominação e subordinação em relação a tudo o que possa ser associado ao *feminino*, incluindo os homossexuais. Diz respeito também à divisão de tarefas domésticas e de gênero no mercado de trabalho.

Mesmo que se façam críticas ao modelo de masculinidade hegemônica proposto por Connell (Medrado & Lyra, 2008; Santos, 2007), ainda é comum as pessoas associarem a



masculinidade com a força física, a agressividade, a virilidade, o trabalho fora de casa e com a imagem do homem enquanto o provedor (Connel, 1995; Grossi, 2004; Kimmell, 1997; Medrado & Lyra, 2008; Welzer-Lang, 2011).

Um estudo feito por Wang, Jablonski e Magalhães (2006) aponta como as crianças são criadas a partir dos modelos identitários de seus pais, que por si só carregam sutilmente as características de masculinidade e virilidade impostas por um regime patriarcal e histórico. Nolasco (1993) também compartilha a visão de que homens são formatados a partir de um modelo de masculinidade forte e imutável desde a infância.

Badinter (1993), no entanto, afirma que a noção dessa masculinidade idealizada está em crise. Ela aponta como uma das causas o conjunto das transformações comportamentais das mulheres e o questionamento da posição dominante e patriarcal masculina, cuja consequência direta é a manutenção da posição de provedor exclusivo da família ou do casal. Um problema que vem ganhando espaço nas discussões sobre os estudos de gênero é a expectativa sobre o desempenho do indivíduo do sexo masculino. Pela visão de Badinter (1993), o imaginário social faz pesar sobre o homem, desde o berço, a obrigatoriedade de se desenvolver como o melhor em todas as áreas da competição humana.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido através de entrevistas com quatro homens, moradores de bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Suas idades variavam entre 25 e 40 anos e todos estavam vivendo uma relação conjugal de coabitação ou união estável. A escolha dos participantes foi feita através da Técnica em Cadeias ou Bola-de-neve (Biernacki & Waldorf, 1981), que se caracteriza por um processo de indicação sucessiva - um participante indica outro.

O perfil dos entrevistados se justifica por considerarmos que o homem que opta por morar junto com a namorada tanto pode estar vivendo uma fase transitória em direção ao casamento, como pode ter optado por uma forma de vinculação a uma companheira sem o comprometimento matrimonial.

As entrevistas, semiestruturadas, versavam sobre imagem masculina, relações afetivo-sexuais, fidelidade (masculina e feminina) e trabalho. Eram gravadas e ocorreram em locais estabelecidos em comum acordo com o entrevistado. Deste modo, três foram conduzidas nas residências dos participantes e uma na casa do pesquisador. Antes de sua realização, era solicitado aos participantes a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a permissão para o uso do gravador de voz. O estudo atendeu às normas e procedimentos instituídos na Resolução 466/2012 do CNS-MS.

Uma vez integralmente transcritas, as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2000), considerando-se os erros gramaticais, pausas, ênfases, riso, choro, etc, o que levou a recortes de trechos relevantes à questão estudada.



Os recortes destacados levaram à construção de dois eixos de análise: masculinidade e conjugalidade. O primeiro inclui os subeixos: depoimentos sobre a própria visão masculina, expectativas femininas sobre o posicionamento masculino (a partir da visão dos homens) e expectativas masculinas sobre os relacionamentos. Já o segundo, por sua vez, abrange os subeixos: sexualidade e fidelidade, projetos conjugais, trabalho, história familiar e valores.

Resultados e discussões

1. O homem como provedor

As falas dos entrevistados referentes à masculinidade apresentaram uma idéia em comum.

Com relação ao primeiro subeixo referente à masculinidade, que trata da visão que os homens têm a respeito de si e da masculinidade em geral, todos os entrevistados mencionaram como característica comum à masculinidade, ou ao que é ser homem, a função de provedor. Com algumas variações nas colocações e formas de se expressar, todos falaram que os homens são, já foram em uma época recente ou deveriam ser (de forma idealizada) provedores. *“O homem protege, o homem acolhe, o homem tem sempre, em função da sociedade, o dever de prover, de gerar a família.”* [G.]; *“...o homem é mais razão, é o provedor do lar”* [T.]; *“Existe o homem tradicional, que segue os princípios do sistema, que é o provedor da casa, o cara que dá o sustento”* [B.].

Nolasco (1993) diz que o “macho provedor” é um atributo ainda fortemente associado à identidade masculina, mas que vem perdendo força devido ao que, tanto ele como Badinter (1993), chamam de crise da masculinidade. Esse processo não é vivenciado como algo simples. O trabalho feminino e o movimento de emancipação das mulhere0s, por exemplo, também vêm contribuindo para essa crise.

2. O companheiro desejado pelas mulheres

O segundo subeixo do grupo masculinidades diz respeito às expectativas femininas que os homens acreditam serem destinadas a eles e ao relacionamento. De acordo com os entrevistados, as mulheres ainda buscam nos homens a segurança de um provedor, mas esperam igualmente encontrar no companheiro um homem romântico, carinhoso e sensível. *“As mulheres esperam que o cara seja romântico, que faça tudo por elas”* [M.]. A fala de outro entrevistado também destaca esse aspecto:

Provedor também, mas mais protetor. E isso com tudo aquilo, viril e tal... Querem a figura do amante. Mas ainda querem aquele amante à moda antiga, que ainda manda flores. Um cara viril, que faz e acontece ... mas que seja sensível e carinhoso por outro lado [G.].



Goldenberg (2011) considera que as mulheres atualmente vivem uma ambigüidade, porque ainda valorizam traços como estabilidade, segurança, fidelidade, embora queiram também liberdade, experiência e espaço. Para ela, essas contradições causam muito sofrimento às mulheres. Ao mesmo tempo em que elas têm desejo de liberdade, querem assegurar a intimidade. Vê-se claramente a forma como a produção de novos sentidos se configura em subjetividades sociais, influenciando-se mutuamente, à medida que os posicionamentos femininos também geram novos sentidos masculinos.

3. Expectativas quanto às companheiras e ao relacionamento

O terceiro subeixo concernente à masculinidade trata das expectativas dos homens em relação às mulheres e ao relacionamento. De acordo com os depoimentos, os homens buscam mulheres disponíveis, que satisfaçam suas necessidades e lhes cuidem. *“O homem enxerga a mulher normalmente, ou como alguém para ter em casa, cuidar dele”* [G.]. Esse mesmo entrevistado acrescenta:

Eles querem a mulher, eles querem a companheira, eles querem a que bota dinheiro em casa, eles querem a amante, eles querem a mãe... Os homens querem de tudo das mulheres... Quer tudo numa mulher só, e não vai ter [G.].

Outro entrevistado comentou ainda que o maior desejo dos homens é encontrar uma mulher que queira aprofundar a relação conjugal. Segundo ele, hoje haveria uma inversão:

Os homens estão esperando muito das mulheres é... a disponibilidade. Normalmente, as mulheres falam que os homens não querem nada sério, mas o que eu vejo é o contrário. Os homens estão querendo um relacionamento sério e tal. E reclamam que as mulheres não querem nada, que são muito exigentes [T.].

Temos que os homens querem ser cuidados, não nasceram para viverem sozinhos, nem foram educados para isso. Esta falta de preparo dos homens para a vida doméstica solitária foi apontada por Nolasco (1993) e, posteriormente, por Wang, Magalhães e Jablonski (2006) como sendo oriunda da cultura patriarcal, transmitida através das gerações.

4. Conjugalidade e fidelidade

Os próximos subeixos referem-se à conjugalidade, ou à vivência do relacionamento por parte do casal. O primeiro subeixo diz respeito à fidelidade na relação. Para os homens entrevistados, a infidelidade masculina é algo culturalmente permitido em uma relação conjugal. Alguns disseram que essa permissividade é culturalmente histórica e reconheceram que já foram infiéis em relacionamentos. *“Para o homem não funciona muito não* [risos]... *O homem tem mais dificuldade de segurar. Vou falar por mim mesmo. Em todos os meus outros 12 namoros, eu sempre traí”* [M.]. Enquanto M diz que é difícil ser fiel, G afirma categoricamente: *“O homem não é fiel”* [G.]. Outro, B, diz que diminuiu os episódios de infidelidade por estar



agora em uma relação de coabitação: *“Eu era meio ... [infiel] mas, quando eu me juntei com a Deia e resolvi morar, eu diminuí bastante isso” [B.]*.

A referida permissividade para a infidelidade é reflexo do pensamento patriarcal, tradicional, de características machistas, que coisificam as mulheres como objetos a serem conquistados, obtidos e acumulados (Welzer-Lang, 2011). Apesar das transformações nos papéis masculino e feminino, até o momento presente, se constata a permanência de estereótipos sobre os sexos, tanto em relação aos homens, como infiéis, quanto às mulheres, como vítimas, indefesas e frágeis (Goldenberg, 2001).

5. A experiência da coabitação

O segundo subeixo do grupo da conjugalidade trata dos projetos conjugais e, mais especificamente, de como os entrevistados vivenciam a sua experiência de coabitação com suas companheiras e o que pensam a esse respeito. Segundo os depoimentos, os homens buscam na coabitação uma experimentação para o casamento.

Eu acho que é bom morar junto antes de casar. É, literalmente, um test-drive. Até pra você se conhecer, pra você ver se é aquilo mesmo que você quer para a sua vida. Porque hoje é muito fácil casar e descasar. Antigamente, você casava e, se fosse infeliz, para separar era um sacrilégio. Hoje, a gente descasa mais rápido que casa [G.].

Acho que é essencial durante um tempo. Acho que esse negócio de não morar junto, depois casar e morar junto é complicado. É um tiro no escuro (...) porque você pode começar a ver que não era aquilo, e aí o peso é maior, você já está casado. Morando junto, não. Se der alguma coisa errada, você tem tempo de voltar atrás e desfazer [B.].

Bauman (2004) considera que, nos tempos atuais de uma modernidade líquida, é possível a experimentação transitória de vivências, em detrimento de compromissos estagnados que levariam a um sofrimento duradouro. Assim, a coabitação se coloca como uma experimentação da conjugalidade, com laços flexíveis, podendo levar a uma escolha mais acertada para o futuro.

6. O trabalho feminino

O próximo subeixo apresenta as opiniões dos entrevistados acerca do trabalho feminino e sobre a mulher como provedora do casal.

O trabalho feminino aparece tendo relativa importância para a renda familiar. Três dos entrevistados, mesmo havendo dito que o trabalho é importante pelo bem-estar que proporciona às mulheres, consideraram a necessidade de contribuição na renda familiar como a condição premente para que elas tenham uma atividade laboral. Os homens desejam manter a posição de provedor. *“Não me incomodaria [que a mulher tivesse uma participação financeira maior do que a dele]. Sinceramente... Ser bancado totalmente, te falo que me*



incomodaria, mas não acho que seria razão pra um término ou brigas” [T.]. Na visão de outro entrevistado:

Eu acho que seria difícil eu me ver nessa situação de não ser o provedor. Mas eu tomaria a frente em outras coisas, como marcar viagens, fazer roteiros, pagar o tíquete do estacionamento, por exemplo. A mulher espera que o homem pelo menos compartilhe [B.].

Tem-se, portanto, que o pensamento tradicional prevalece, apesar de coexistir com um novo posicionamento masculino sobre a questão. Os homens ainda têm dificuldade em deixar a posição de provedor para suas companheiras.

7. Família e transmissão de valores

O último subeixo refere-se ao histórico familiar dos entrevistados, especificamente no que diz respeito aos valores conjugais transmitidos por seus pais. Um entrevistado se posicionou de forma machista justificando que foi educado para assim se comportar: *“era aquela coisa bem machista que a gente é criado para ser mesmo... Eu fui criado num meio bem machista, onde eu tinha que ser o provedor, eu tinha que resolver tudo. Tudo eu” [G.].* Ele aponta ainda as dificuldades vivenciadas no relacionamento de seus pais devido a esses valores:

Pelo meu pai, minha mãe nunca trabalharia, ela não teria que sair de casa para trabalhar. (...) O meu pai tinha dinheiro pra bancar a gente. Só que a minha mãe bancou a decisão de ir trabalhar... Passou por cima do que ele achava... Quase houve separação diversas vezes [G.].

O relato de outro entrevistado, T, também evidencia a reprodução de valores paternos quando ele destaca a importância do companheirismo em uma relação: *“eu vejo meus pais muito amigos, muito companheiros. Cobrei isso dos meus relacionamentos porque eu tive isso de berço e sempre quis isso pra mim” [T.].*

A transmissão intergeracional de valores se expressa na vivência da conjugalidade pelos filhos. Contudo, os valores paternos coexistem com novos valores presentes na dinâmica conjugal, o que mostra a flexibilidade e a possibilidade de mudança de padrões, posicionamentos e sentidos para a relação.

Considerações finais

É possível perceber, na relação de coabitação, que antigas demandas atribuídas aos homens por eles mesmos e demandas que eles acreditam ser oriundas das mulheres convivem com novas expectativas provenientes de mudanças sociais. As consequências das conquistas femininas nos últimos 50 anos vêm, de fato, colaborando para as transformações nas relações conjugais em geral. Igualmente, o campo de estudos sobre as masculinidades vem oferecendo contribuições que elucidam como essas mudanças se relacionam com a subjetividade masculina.



Os participantes do estudo se reconheceram como sendo trabalhadores, machistas, provedores, protetores (categorias associadas aos modelos tradicionais de masculinidades) e afirmaram que grande parte das mulheres ainda os quer assim. No entanto, novas características que uma parcela dos homens vem desenvolvendo nas últimas décadas, como sensibilidade e uma maior capacidade para compreender e ajudar nos problemas domésticos cotidianos, por exemplo, apareceram em seus discursos como sendo valorizadas pelas mulheres. Consideramos que eles tentam se mostrar mais flexíveis nos modos de se posicionarem no relacionamento e sabemos que essa mudança não ocorre livre de conflitos.

Esse processo de subjetivação os levou a também posicionarem suas parceiras na relação de coabitação de forma ambígua. Eles falaram que gostam quando suas mulheres se comportam de forma tradicionalmente feminina, pois isto os ajuda a suavizar suas pressões e cobranças do cotidiano. Por outro lado, também disseram que desejam que elas sejam firmes, trabalhem e se sintam com certo grau de independência. Este deslocamento dinâmico e contextual através de posições contraditórias atribuídas a si e à parceira nos mostra o alcance das mudanças sociais na subjetividade, cuja organização integra a singularidade (subjetividade individual) e a cultura (subjetividade social). Reafirma a constituição do sujeito na relação com a sociedade, sinalizando a complexidade inerente ao processo de significação, seja de si, do outro ou da relação.

No que diz respeito ao sentido da relação de coabitação, podemos destacar a tensão desencadeada pela expectativa dos entrevistados de manterem as formas tradicionais de viver uma relação conjugal. Eles não se reconhecem como sexualmente fiéis às companheiras, mas afirmam buscar a fidelidade. Todos gostariam de ter um relacionamento definitivo com suas mulheres e, inclusive, pretendem seguir o que consideram uma transição da coabitação para o casamento. A coabitação assumiu neste estudo o sentido de um período de experimentação anterior ao matrimônio – o que apóia a aceção da realidade como processual.

Os casos apresentados nos levaram a aproximações da realidade; dos processos e características que a instituem. Sabemos que, na pesquisa qualitativa, o número de participantes não é o fator que determina a relevância dos estudos. Cada caso nos mostrou sentidos produzidos, dentre os possíveis, sobre posicionamentos de homens em uma relação de coabitação. Sentidos constituídos por cada sujeito, expressões de sua subjetividade individual e, portanto, ressignificações de significados de base sócio-histórica que estão presentes em suas subjetividades sociais por circularem, através de diversos canais, no cotidiano. Portanto, as significações produzidas neste estudo colocam-se como elementos à disposição para reflexões e para a condução de novas investigações que ampliem o conhecimento sobre essa questão.



Referências

- Aboim, S. (2010). Gênero, família e mudança em Portugal. Em K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (Org.s). *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades* (pp. 39-66). Lisboa: Ministério da Educação.
- Almeida, L. S. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 9(2), 411-422. Recuperado em 13 de maio, 2011, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200011&lng=pt&nrm=iso
- Almeida, L. S. (2012). Working mothers and their multivoiced self. *Revista Colombiana de Psicología*, 21(2) 312-322. Recuperado em 17 de dezembro, 2012, de www.revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/27899/37795
- Almeida, L. S. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2001). Indicadores afetivos do processo de vinculação entre bebês e educadoras de creche. Em M. C. Camarotti (Org.). *Atendimento ao bebê: uma abordagem interdisciplinar* (pp. 125-139). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Badinter, E. (1993). *XY: sobre a identidade masculina* (M. I. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1992).
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trad.s). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 2003).
- Biernarcki, P. & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling-problems and chain techniques of referral sampling. *Sociological Methods and Research*, 10, 141-163. Recuperado em 04 de julho, 2011, de smr.sagepub.com/content/10/2/141.short
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Berkeley, Estados Unidos da América: University of California.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394. Recuperado em 09 de maio, 2011, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Féres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 83-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Unesp. (Original publicado em 1992).
- Goldenberg, M. (2001). Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), 89-104.



- Goldenberg, M. (2010). *Intimidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2011). *De perto ninguém é normal: estudos sobre o corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Record.
- Grossi, M. P. (2004). Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão*, 75, 1-37. Recuperado em 13 de novembro, 2011, de miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf
- Jablonski, B. (2007). O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: trabalho, saúde e modos de vinculação* (pp. 203-228). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. Recuperado em 13 de novembro, 2011, de www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a04.pdf
- Kaufmann, J. C. (1995). *Sociologie du couple*. Paris: PUF.
- Kimmell, M. S. (1997). Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. Em T. Valdés & J. Olavarría (Org.s). *Masculinidades: poder y crisis*. Santiago: Isis Internacional.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), Florianópolis. Recuperado em 14 de novembro, 2011, de www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/05.pdf
- Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Oliveira, Z. M. R., Guanaes, C. & Costa, N. R. A. (2004). Discutindo o conceito de “jogos de papel”: uma interface com a “teoria de posicionamento”. Em M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho (Org.s). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 69-80). Porto Alegre: Artmed.
- Pereira, R. C. (2002). *Concubinato e união estável*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Rey, F. L. G. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural* (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo: Thomson. (Original publicado em 2003).
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: mulher, carreira e relações familiares. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneos* (pp. 57-77). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2009). De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de



família? Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 219-235). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Silva, A. P. S. & A. M. A. Carvalho (Org.s). (2004). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.

Santos, W. T. M. (2007). Modelos de masculinidade na percepção de jovens homens de baixa renda. *Barbarói*, 27(2), 130-157. Recuperado em 15 de agosto, 2011, de online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/140/573

Spanier, G. B. (1983). Married and unmarried cohabitation in the United States: 1980. *Journal of marriage and the family* 45(2), 84-101.

Vygotsky, L. S. (1991). *Pensamento e linguagem*. (J. L. Camargo, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

Wang, M. L., Jablonski, B. & Magalhães, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, 12(19), 54-65. Recuperado em 14 de novembro, 2011, de pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100006

Welzer-Lang, D. (2011). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. Recuperado em 08 de agosto, 2011, de periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008/8853

Willi, J. (1995). A construção diádica da realidade. Em M. Andolfi (Org.). *O casal em crise* (pp. 38-47). São Paulo: Summums.

Nota sobre os autores

Rafael Luiz Marques de Abreu é psicólogo, mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: rafael_psi@hotmail.com

Leila Sanches de Almeida: Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). Doutora em Ciências Médicas (USP). E-mail: leilasanches@ufrj.br

Data de recebimento: 08/10/2014

Data de aceite: 26/10/2015